

MOEDA

II VOLUME N.º 8



MOEDAS PARA A BOLÍVIA

CUNHADAS EM LISBOA

REVISTA MENSAL de NUMISMÁTICA

CATÁLOGO DAS NOTAS E CÉDULAS⁷⁷ EMITIDAS PELO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Reservados todos os direitos de publicação. Nenhuma parte deste artigo pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou processo, electrónico, mecânico, por fotocópia, gravação ou semelhante, sem licença prévia da Revista «Moeda».

«Moeda» agradece a todos os leitores uma crítica atenta ao presente estudo, quinto de uma série de artigos de divulgação da notafilia ultramarina portuguesa.

ARTIGOS JÁ PUBLICADOS :

- Catálogo das cédulas e Certificados de Macau, 1942-1952
N.º 4, II volume
- Catálogo das notas do Banco da Beira e Companhia de Moçambique
N.º 5, II volume
- Catálogo das notas e cédulas de Cabo Verde
N.º 6, II volume
- Catálogo das notas e cédulas da Guiné
N.º 7, II volume

III — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(De acordo com o Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino)

A Agência do B. N. U. em S. Tomé começou a funcionar em 1868, logo após a chegada àquela cidade dos dois primeiros gerentes, *M. Tobin Júnior* e *João Pedro Mendes*, saídos de Lisboa no vapor «*D. Antónia*» a 5 de Dezembro de 1867.

Nesse mesmo dia publicava a folha oficial (*Diário de Lisboa*) o «*Regulamento Provisório para a Agência do Banco Nacional Ultramarino em S. Tomé*», cujo Artigo 13.º estabelecia que a emissão de notas seria feita pela sucursal de Luanda, dos valores de 5\$000, 10\$000 e 20\$000 réis, levando a assinatura do Governador do Banco

(*F. de Oliveira Chamiço*) e a dos dois gerentes em S. Tomé, o carimbo do selo do Banco e outro carimbo com a designação «*Pagáveis na Agência de S. Tomé*».

O primeiro balancete da Agência, datado de 30 de Abril de 1868, indica-nos que o montante de notas do Banco em circulação nessa data era de 6470\$000 réis, existindo em caixa mais 143 530\$000 réis em notas para emissão, no total de 150 contos de réis, limite autorizado pelo Regulamento.

Importa aqui referir que a circulação de papel-moeda nas ilhas, à data da fundação da Agência do B. N. U. era constituída por bilhe-

tes da Junta de Fazenda local, de diminuto volume. Dessas primitivas emissões provinciais, rapidamente substituídas por notas do B. N. U., não temos conhecimento da existência de qualquer exemplar.

Dos 6470\$000 réis iniciais a circulação fiduciária em S. Tomé e Príncipe rapidamente atingiu o montante de 50 mil réis (1872), resultado do grande desenvolvimento económico que a ex-colónia experimentava, na época do apogeu da cultura do café.

De 1873 a 1880 a circulação oscilou em redor de 40 contos de réis e, depois de período de crise motivado pelo abaixamento do preço do café e durante o qual registou uma baixa espectacular (21 214\$000 réis em 1882), o montante do meio fiduciário circulante voltou a elevar-se, atingindo 65 305\$000 réis em Dezembro de 1888.

A partir de 1890 o extraordinário aumento das exportações de cacau reflecte-se de igual maneira no meio circulante, impondo a necessidade do alargamento do limite da circulação fiduciária fixado no Regulamento de 1867.

Bibliografia: «A Vida Económica e a Circulação Fiduciária em S. Tomé e Príncipe». Boletim dos Estudos Económicos do B. N. U., n.º 16, 1953.

I — EMISSÃO DE LUANDA COM CARIMBO «PAGÁVEIS NA AGÊNCIA DE S. THOMÉ — 1868 a 1891

Desconhecem-se quaisquer exemplares desta emissão, o que não é de estranhar, dada a extrema raridade das primeiras emissões do B. N. U. para Angola (1867), o reduzido montante de notas em circulação nessa época e a natural deterioração das mesmas ao longo de mais de quarenta anos, antes de serem recolhidas em 1913.

Características prováveis: Semelhantes às da emissão de 1891. Notas recordadas de dois talões de controle. Data e assinaturas dos gerentes manuscritas; assinatura do Governador Oliveira Chamiço em chancela. Carimbo «*Pagáveis na Agência de S. Thomé*», no verso, provavelmente a tinta de óleo.

Valores emitidos: Até 1871, 5\$000, 10\$000 e 20\$000 réis. De 1872 em diante a circulação fiduciária regista valores que fazem supor a existência

Surge então a primeira emissão de notas da Agência do B. N. U. em S. Tomé (1891), daí resultando um imediato aumento da circulação, que no final desse ano já registava 165 282\$000 réis.

Nos anos seguintes a circulação fiduciária é bem o espelho fiel da importância económica da ex-colónia, atingindo 301 755\$000 réis em 1899.

Em 1910, com o lançamento da emissão «*Vasco da Gama*», o meio fiduciário circulante sobe de 365 mil réis a mais de 780 mil réis, atingindo, em 1919, 885 943\$35 escudos.

A divulgação deste valor tem grande importância documental, já que, pela primeira vez, se registam valores da ordem de 5 centavos, isto é, da ordem do valor nominal das cédulas da emissão datada de 19 de Abril de 1918.

Em 1930 começa a troca e recolha das cédulas até então emitidas, por moedas da emissão de 1929, ao mesmo tempo que se extingue a moeda representativa de \$05 e se fixa o limite da circulação fiduciária em 6000\$00 contos.

ACHADO DE NOTAS INÉDITAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

*Eng.º António Miguel Trigueiros **

Passados que são 21 anos sobre a publicação na «Revista Moeda» do «Catálogo das notas e cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino para a Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Índia Portuguesa, Macau e Timor», é com natural satisfação que participo neste I Congresso Nacional de Papel Moeda, em boa hora organizado pela Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, no âmbito das comemorações do bicentenário do papel moeda em Portugal.



Com esta comunicação pretendo corrigir e completar o que escrevi na «Revista Moeda», de Julho de 1975, sobre as primeiras emissões de notas do BNU para S. Tomé, à luz de um precioso achado de três dessas notas no arquivo histórico do Banco. Apesar desse achado ter tido lugar nos primeiros anos da década de oitenta, nunca chegou a ser divulgado publicamente.

Emissão Londres - Tipo I «Succursal de Loanda»: as primeiras notas do BNU

Como é do conhecimento geral, o Banco Nacional Ultramarino foi criado pela Carta de Lei de 16 de Maio de 1864, como banco emissor e comercial das Colónias.

A 21 de Agosto de 1865 é inaugurada a sua sucursal de Luanda, seguindo-se nesse mesmo ano a agência de S. Tiago de Cabo Verde, em Janeiro de 1868 a agência de S. Tomé e Príncipe e em Abril de 1877 a sucursal na Ilha de Moçambique.

De acordo com a Lei de 1864, as primeiras notas do Banco teriam valores fiduciários de 5\$000, 10\$000, 20\$000, 50\$000 e 100\$000 réis, pagáveis à vista e ao portador na sucursal de Luanda, mas com curso legal também em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. No acto da emissão as notas deviam ser datadas e assinadas por dois gerentes, sendo extraídas de um livro com dois talões laterais numerados, ficando um na sede do Banco de Lisboa e outro na sucursal, para controle.



O tipo e as características destas primitivas notas do BNU só foram conhecidas dos estudiosos e colecionadores em 1977 quando um exemplar de 10\$000 réis, datado de 7 de Julho de 1865, apareceu, pela primeira vez, ilustrado no livro «Emissões de papel moeda do BNU para Moçambique, 1877-1973», com a indicação de terem sido impressas em Londres, desconhecendo-se nessa altura o nome da casa impressora e se os outros valores teriam ou não o mesmo tipo daquela.

Emissão Londres - Tipo I com carimbo *«Pagável na Agência de S. Tomé»*

A Agência do BNU em S. Tomé começou a funcionar em Janeiro de 1868, logo após a chegada àquela cidade dos dois primeiros gerentes, *M. Tobin Júnior* e *João Pedro Mendes*, saídos de Lisboa no vapor «D. Antónia», a 5 de Dezembro de 1867. Nesse mesmo dia publicava a folha oficial (Diário de Lisboa) o «Regulamento Provisório para a Agência do Banco Nacional Ultramarino em S. Tomé», cujo Artigo 13.º estabelecia que a emissão de notas seria feita pela sucursal de Luanda dos valores de

5\$000, 10\$000 e 20\$000 réis - no total de 150 contos de réis - levando as assinaturas do Governador do Banco (F. de Oliveira Chamiço) e dos dois gerentes em S. Tomé, o selo do Banco e outro carimbo com a designação «*Pagáveis na Agência de S. Tomé*».

Juntamente com a mobília, dois cofres de ferro e os utensílios de escritório necessários ao funcionamento da Agência, seguiu também nesse vapor «*uma mala contando 72 livros de notas para a respectiva emissão de Rs. 150:000\$000*», conforme relata a primeira carta do Vice-Governador do Banco aos gerentes de S. Tomé, datada de 5 de Dezembro de 1867 e publicada no livro «*Instalação da Agência de S. Tomé, 1867-1871*».

Da consulta deste importante registo da correspondência enviada pelo Conselheiro Francisco d'Oliveira Chamiço, fundador e primeiro governador do BNU, aos gerentes da Agência de S. Tomé, recolhem-se interessantes informações sobre as primeiras emissões de papel moeda do Banco para as ilhas: cada livro continha 250 notas devidamente carimbadas em Lisboa (pág. 11 e 25), em 1868 foram emitidas notas de 5\$000, 10\$000 e 20\$000 réis, que de vez em quando apareciam para troca na sede do Banco em Lisboa, onde eram aceites ao par e devolvidas para a Agência de S. Tomé (Págs. 51, 58 e 74), a primeira amortização de notas foi registada a 5 de Novembro de 1869, tendo sido enviadas para S. Tomé «*as respectivas metades (das notas) para ficarem arquivadas nessa Agência*» (pág. 191).

Mas as características dessas notas e do carimbo para circulação em S. Tomé continuaram desconhecidas, conforme referi no artigo publicado na «*Revista Moeda*» de Julho de 1975.

O aparecimento, já na década de oitenta, de três dessas notas numa pasta de arquivo da correspondência recebida de S. Tomé, posteriormente à sua recolha e amortização em 1913, respectivamente, uma nota de 5\$000 réis datada de 1 de Janeiro de 1868 (n.º 26450) e duas notas de 20\$000 réis datadas de 1 de Setembro de 1870 (n.º B 3171) e de 15 de Maio de 1873 (n.º B 2491), veio finalmente revelar-nos as características das primeiras notas do Banco Nacional Ultramarino e o nome da casa impressora, «*Chambers & Sons*», de Londres.

DESCRIÇÃO DAS NOTAS DA PRIMEIRA EMIÇÃO DO BNU

Emissão Londres - Tipo I «Succursal de Loanda».

Fabricante: Chambers & Sons London
(nome por baixo do selo do Banco)

Características: Papel branco uniface com impressão geral a preto e dimensões iguais para os três valores. O Selo do Banco ao centro alto, ladeado à direita pelo valor e à esquerda pelo número da nota, ambos dentro de molduras elípticas tracejadas. Por baixo a legenda «O Thesoureiro da Succursal em Loanda pagará à // vista do portador (valor) em moeda forte // Valor recebido». Data manuscrita, ao centro, seguida do número da nota em cartela tracejada. Em baixo, à direita, a chancela da assinatura do Governador e, à esquerda, as assinaturas manuscritas dos dois gerentes, tendo na parte superior o valor da nota por extenso, aberto em branco no fundo preto de uma cartela de moldura denteada. Nas orlas laterais (área de corte) o nome do Banco junto aos dois talões de controle.



Emissão para Angola (desde 1865):

5\$000, 10\$000 e 20\$000 réis.

Emissão para S. Tomé (desde 1867): Carimbo «Pagável na Agência // de // S. Tomé» sobre o selo do Banco a tinta de óleo azul, em notas de 5\$000, 10\$000 e 20\$000 réis.

Emissão para Moçambique (desde 1877): Carimbo «Pagável em Moçambique» (desconhecido) em notas de 5\$000 e 20\$000 réis.

5\$000 réis: Fundo branco e letreiro «Banco Nacional // Ultramarino» ao centro, a amarelo torrado.

Dimensões: 209 X 126 mm (único ex-conhecido) Coleção BNU

10\$000 réis: Fundo castanho claro tendo aberto a branco o letreiro «Banco Nacional // Ultramarino» ao centro.

Dimensões: desconhecidas. O exemplar n.º A 00504, de 1865, reproduzido no livro do papel moeda para Moçambique, estava muito cerceado (176 X 111 mm) e o seu paradeiro é desconhecido.

20\$000 réis: Fundo castanho claro tendo aberto a branco o letreiro «Banco Nacional // Ultramarino» ao centro.

Dimensões: 207 X 127 mm (ex. n.º B 2491)
214 X 126 mm (ex. n.º B 3171)

Colecção BNU



UMA IDEIA, UMA SUGESTÃO E UMA OFERTA

A recente inauguração do Museu do Papel Fiduciário na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda e o dinamismo que os seus responsáveis têm sabido imprimir na divulgação cultural e histórica desse valioso espólio documental e colecionista, permitem-nos pensar que talvez seja agora possível planear, a médio prazo, a publicação de uma obra de referência sobre o papel moeda colonial português, em colaboração com o Banco Nacional Ultramarino, com a instituição bancária herdeira do Banco de Angola (Banco Mello) e com o apoio dos principais colecionadores nacionais e estrangeiros. Sonhamos com essa obra há mais de 20 anos, quando iniciámos a publicação dos «Estudos Inéditos de Notafilia Colonial Portuguesa» e julgo que desbravámos o caminho.

Creio ter chegado agora, finalmente, a hora e o tempo oportuno de ser concretizada.

No caso da Fundação aceitar tomar a seu cargo a edição dessa obra, será com muito gosto, com muita alegria e, também, com muito orgulho, que doarei ao Museu do Papel Fiduciário e à Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, todos os meus direitos de autor sobre os textos publicados na «Revista Moeda», para que possam ser aproveitados nesse livro, nesse catálogo descritivo do papel moeda colonial português.

Se esta sugestão e oferta forem aceites, gostaria de sugerir e de propôr que nesse livro ficasse impressa a seguinte dedicatória:

«A todos aqueles que consideram a Cultura um património nacional, mantendo abertas as fontes documentais de que são fiéis depositários perante a Nação.»

Lisboa, 19 de Maio de 1997

Bibliografia

BNU, Papel - Moeda para Moçambique 1877-1973. Lisboa, 1977

BNU, A vida económica e a circulação fiduciária em S. Tomé e Príncipe.

In «Boletim Trimestral», n.º 16, Lisboa, 1953.

BNU, instalação da agência em S. Tomé, Lisboa, 1973

Rebelo de Sousa, Luís M., «O Papel Moeda em Angola», ed. Banco de Angola. Luanda, 1969.

Trigueiros, António Miguel, Estudos Inéditos de Notafilia Colonial Portuguesa - Catálogo das Notas e Cédulas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Índia Portuguesa, Macau e Timor. In «Revista Moeda», Lisboa, 1974-1976.

** Comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Papel-Moeda, Porto, Junho de 1997*

(Continuação do Catálogo-Geral)

de notas de 1\$000 réis. Só a consulta dos livros originais de escrituração da Agência permitirá saber o que efectivamente andava em circulação nesse período.



II — EMISSÃO ANTIGA — 2/1/1891

Fabricante: Sem indicação (Imprensa Nacional de Lisboa?).

Características: Papel fino simplesmente impresso (fundo branco) com marca d'água «BANCO NACIONAL» e, inferiormente «ULTRAMARINO» em moldura rectangular.

Selo do Banco ao centro e ao alto. Legenda «O Thesoureiro da Agência em S. Thomé pagará à vista ao portador em moeda forte valor recebido». Notas recortadas de dois talões de controle.

Data e assinaturas dos gerentes (Alberto Garrido e M. dos Santos Fonseca) manuscritas; assinaturas do Governador (Conde de Ottolini) e do Vice-Governador (L. A. Oliv.ª de Sommer) em chancela.

No verso moldura rectangular ornamentada e indicação do valor, ao centro.

Observações: Desconhece-se a existência de outros valores além do indicado.

STP 1 20\$000 RÉIS — 180 (variável) × 123 mm

F/ Azul

V/ Vermelho

Entre 31/12/1890 e 31/11/1891, a Agência em S. Thomé emitiu 229 040\$000 réis, o que corresponde a 11 452 notas de 20\$000 réis.

III — EMISSÃO SIMPLES — 2/1/1897

Fabricante: Casa da Moeda de Lisboa.

Características: Idênticas às da mesma emissão para Cabo Verde (ver Moeda II vol., n.º 6, pág. 19), mas com legenda «O thesoureiro da Agência de S. Thomé pagará à vista ao portador em moeda corrente valor recebido».

STP 2 1\$000 RÉIS — 123 (var.)×91 mm

F/ Azul escuro

V/ Castanho

Entre 31/12/1896 e 30/6/1897, a Agência em S. Tomé emitiu 418 313\$000 réis, o que corresponde a 418 313 notas de 1\$000 réis.

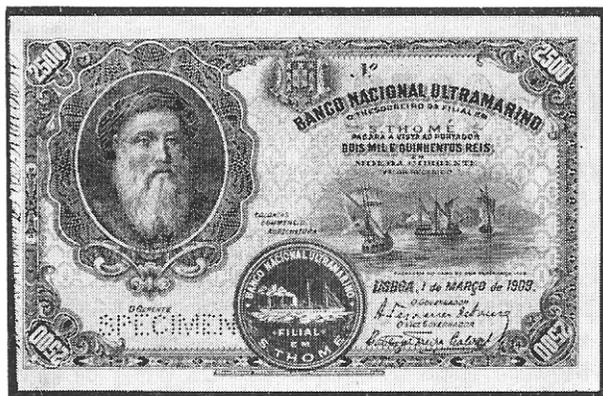
III — EMISSÃO VASCO DA GAMA — 1/3/1909

Fabricante e características: Idênticas às das emissões para Cabo Verde e para a Guiné, mas com dísticos «S. Thomé» (frente) e «Pagável na Filial em S. Thomé» (verso).

1\$000 RÉIS — 134 (var.)×81 mm

STP 3 Selo «FILIAL EM S. THOMÉ»

STP 3A Selo «COLÓNIAS, COMMERCIO, AGRICULTURA»



2\$500 RÉIS — 147 (var.)×93 mm

STP 4 Selo «FILIAL EM S. THOMÉ»

STP 4A Selo «COLÓNIAS, COMMERCIO, AGRICULTURA»

5\$000 RÉIS — 165 (var.)×101 mm

STP 5 Selo «FILIAL EM S. THOMÉ»

STP 5A Selo «COLÓNIAS, COMMERCIO, AGRICULTURA»

10\$000 RÉIS — 177 (var.)×106 mm

STP 6 Selo «FILIAL EM S. THOMÉ»

STP 6A Selo «COLÓNIAS, COMMERCIO, AGRICULTURA»

20\$000 RÉIS — 181 (var.)×114 mm

STP 7 Selo «FILIAL EM S. THOMÉ»

STP 7A Selo «COLÓNIAS, COMMERCIO, AGRICULTURA»

50\$000 RÉIS — 200 (var.)×120 mm

STP 8 Selo «FILIAL EM S. THOMÉ»

STP 8A Selo «COLÓNIAS, COMMERCIO, AGRICULTURA»

IV — EMISSÃO LONDRES — 5/11/1914

57.

Fabricante e características: Idênticas às das emissões para Cabo Verde e para a Guiné, mas com indicação da agência local (S. THOMÉ ou S. TOMÉ).

Legislação: (Decreto n.º 1001 de 2/11/1914); Decreto n.º 2541 de 31/7/1916. pelo qual foi autorizada a emissão de

130 000 cédulas de \$50,
60 000 cédulas de \$20,
e 30 000 cédulas de \$10;

Decreto n.º 4358 de 6/6/1918, pelo qual foi autorizada a emissão de mais

300 000 cédulas de \$50,
100 000 cédulas de \$20,
300 000 cédulas de \$10;

Decreto n.º 4970 de 16/11/1918, pelo qual foi autorizada a emissão de mais

300 000 cédulas de \$50,
50 000 cédulas de \$20,
400 000 cédulas de \$10;

Retirada da circulação: Decreto n.º 16 777 de 25/4/1929.

Portaria Provincial n.º 72 de 4/11/1929.

Variantes: É conhecida a existência de cédulas de \$20 com indicação da agência «S. TOMÉ» impressa a preto, em vez do clássico «S. THOMÉ» impresso a vermelho, variante essa que deve ser incluída na 3.ª emissão.

Observações: Desconhecem-se cédulas de \$50 e de \$10 com sobreimpressão «S. TOMÉ», assim como cédulas dos três valores emitidos com selo «COLÓNIAS, COMMERCIO, AGRICULTURA», emblema este que só aparece nas cédulas das emissões «Londres» emitidas de 1920 a 1922.

STP 9 10 CENTAVOS — 120×71 mm

20 CENTAVOS — 120×71 mm

STP 10 Sobreimpressão «S. THOMÉ» a vermelho.



STP 10A Sobreimpressão «S. TOMÉ» a preto.

STP 11 50 CENTAVOS — 120×71 mm

Retirada da circulação: 1\$00 — Decreto n.º 17 154 de 26/6/1929;
2\$50, 5\$00 e 10\$00 — Decreto n.º 28 893 de 30/7/1938, pelo qual foram
substituídas pelas moedas da emissão de 1939; *restantes valores* — 1959.

STP 13 1 ESCUDO — 130×81 mm.

STP 14 2,5 ESCUDOS — 137×88 mm

STP 15 5 ESCUDOS — 154×94 mm

STP 16 10 ESCUDOS — 160×106 mm

STP 17 20 ESCUDOS — 172×114 mm

STP 18 50 ESCUDOS — 185×121 mm

STP 19 100 ESCUDOS — 192×125 mm

VI — EMISSÃO CHAMIÇO — REFORÇO — SÉRIE A — 26/6/1935

Fabricante: Bradbury, Wilkinson & Cia.

Características: Idênticas às da emissão *Chamiço* de 1921, mas com decreto
(n.º 17 154, de 26/6/1929) a vermelho e letra de série A antecedendo
a numeração a vermelho.

Assinaturas *fac-simile* de O Administrador e O Presidente do Conselho Administrativo.

Data e assinatura na mesma cor da moldura.



STP 20 5 ESCUDOS — 157×95 mm

STP 21 10 ESCUDOS — 165×107 mm

STP 22 20 ESCUDOS — 177×115 mm

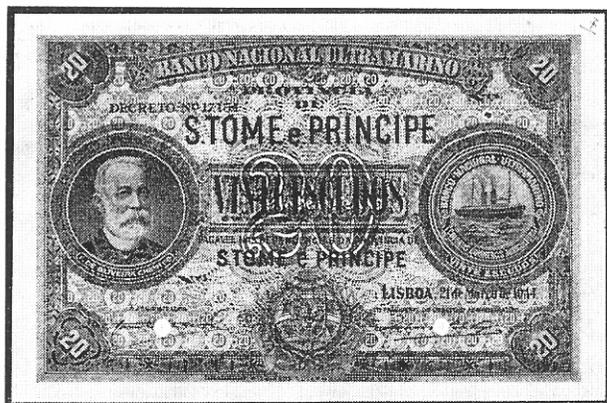
VII — EMISSÃO CHAMIÇO — REFORÇO — 21/3/1944

Fabricante: Bradbury, Wilkinson & Cia.

Características: Idênticas às da emissão *Chamiço* de 1921 e 1935, com tons
mais abertos.

Com decreto e sem letra de série.

Data e assinaturas a preto.



STP 23 20 ESCUDOS — 176×115 mm

STP 24 50 ESCUDOS — 185×124 mm

STP 25 100 ESCUDOS — 194×127 mm

VIII— EMISSÃO D. AFONSO V — 12/8/1946

Fabricante: Bradbury, Wilkinson & Cia.

Características: Busto de *D. Afonso V* à direita e selo «B. N. U.-C. C. A.» à esquerda. Escudo nacional no alto e ao centro.

Com decreto, data, assinaturas e numeração a preto.

Assinaturas *fac-símile* de *O Administrador* e de *O Presidente do Conselho Administrativo*.

Indicação «*S. Tomé e Príncipe — Colónia Portuguesa*» e valor, ao centro.



No verso, painel com figuração simbólica, à esquerda e centro (igual para todos os valores). Dístico «*Pagável na Colónia de S. Tomé e Príncipe*», escudo nacional e valor, à direita.

Legislação: Aviso de 23/7/1947 (*D. G. 182 de 8/8/1947*).

Retirada da circulação: 1960.

STP 26 20 ESCUDOS — 150×80 mm

F/ Castanho-claro; fundo amarelado, com arabescos multicolores.

V/ Castanho-claro, fundo cinzento claro e amarelo-laranja.



STP 27 50 ESCUDOS — 155×82 mm

F/ Preto; fundo de arabescos multicolores (azul, rosa, verde, violeta).

V/ Preto; fundo vermelho e azul.

STP 28 100 ESCUDOS — 160×85 mm

F/ Violeta; fundo amarelado e verde, com arabescos multicolores.

V/ Violeta; fundo vermelho-violeta e verde-azul.

IX — EMISSÃO D. AFONSO V — 18/4/1956

Fabricante: Bradbury, Wilkinson & Cia.

Características: Busto de *D. Afonso V* à direita e o actual emblema do Banco à esquerda (selo «*B N.U. — LISBOA, 1964*»), Com decreto e data a preto.

Assinaturas *fac-símile* de *O Administrador* e de *O Governador*. Indicação «*S. Tomé e Príncipe — Província Portuguesa*» e valor, ao centro. Escudo nacional no canto inferior direito.

Verso idêntico ao da emissão de 1946, mas com dístico «*Pagável na Província de S. Tomé e Príncipe*».

Legislação: Decreto n.º 39 221 de 25/5/1953.

Aviso de 29/3/1957 (*D.G. n.º 82 de 10/4/1957*).



STP 29 500 ESCUDOS — 165×87 mm

F/ Azul escuro; fundo violeta, verde e amarelado, com arabescos multicolores.

V/ Azul escuro; fundo verde esmeralda e tijolo.

X — EMISSÃO D. AFONSO V — SÉRIE B — 20/11/1958

Fabricante e características: Idênticas às da emissão de 1946 com as seguintes modificações: selo «B.N.U.— LISBOA 1864»; Decreto-Lei n.º 39 221, escudo nacional emoldurado ao centro e em baixo; assinaturas fac-símile de *O Administrador* e de *O Governador*; numeração iniciada pela letra de série *B*; dístico «BANCO NACIONAL ULTRAMARINO», na barra superior, prolongado até ao canto direito.

No verso, dístico «Pagável em S. Tomé e Príncipe» e valor em letras grandes, em moldura ornamentada.

Legislação: Aviso de 17/11/1959 (D.G. n.º 277 de 2/12/1959).



STP 30 20 ESCUDOS — 150×80 mm

STP 31 50 ESCUDOS — 155×82 mm

STP 32 100 ESCUDOS — 160×85 mm

XI — EMISSÃO JOÃO DE SANTARÉM — 11/5/1964

Fabricante: Bradbury, Wilkinson & Cia.



Características: Busto de *João de Santarém* à direita. Selo «B.N.U.— LISBOA 1864» ao centro. Com decretos (n.ºs 39 221 e 44 891), assinaturas, data e numeração a preto. Filete de segurança contínuo.

No verso, figuração simbólica idêntica à das anteriores emissões. Dístico «Pagável em S. Tomé e Príncipe», no alto à direita. Moldura

circular de fundo liso, enquadrando a marca de água (*escudo nacional*).

Em haixo, cartela com valor por extenso.

Legislação: Decreto-Lei n.º 44 891 de 20/2/1963.

Aviso de 30/3/1965 (*D.G. n.º 75, de 3/4/1965*).

STP 33 1000 ESCUDOS — 175×95 mm

F/ Verde; fundo ondeado em tons de verde-claro e lilás.

Padrão central multicolor.

V/ Verde; fundo violeta, laranja e verde.

No próximo número: ÍNDIA PORTUGUESA.
Next issue: PORTUGUESE INDIA CURRENCY.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE: das notas portuguesas carimbadas ao cheque-nota

NOTAS CARIMBADAS

Pouco depois da proclamação da independência, o Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe, nascido por simples modificação do nome da Filial de S. Tomé do Banco Nacional Ultramarino, procedeu à carimbagem de todas as notas do Banco em circulação, para aproveitamento dessas emissões até serem recebidas as primeiras notas do Banco Nacional, encomendada a uma firma gravadora londrina.

Valores carimbados:

20 escudos, 20/11/1958
50 escudos, 20/11/1958
100 escudos, 20/11/1958
500 escudos, 18/4/1956
1000 escudos, 11/5/1964

Valor notafílico: as notas de 1000 e de 500 escudos, carimbadas, são já consideradas de grande raridade, especialmente a primeira, de que se conhecem apenas 8 exem-



Dessa operação de carimbagem, levada a efeito em curto período de tempo, resultou uma emissão fiduciária de transição, de inegável interesse para os colecionadores portugueses. Ao contrário do sucedido na Guiné-Bissau e em Angola, onde as primeiras notas emitidas por essas duas Repúblicas já nada têm a ver com as emissões coloniais portuguesas, o carimbo do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe em notas portuguesas vem completar e fechar definitivamente a «*Colecção das notas e cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino*» para aquela ex-colónia (ver «*moeda*» n.º 8 II vol.).

Descrição do carimbo: Aposto na frente e verso a vermelho; legenda, em três linhas, «*Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe*», «*S. Tomé, 1 de Junho de 1976*», (*Assinatura*). À esquerda, o emblema do Banco.

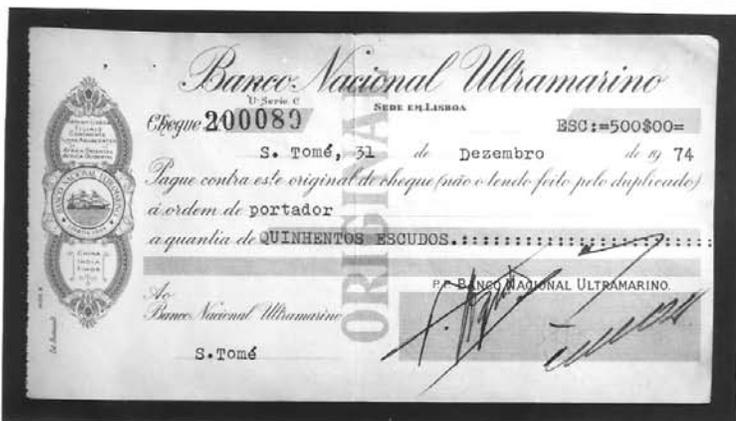
plares em colecções portuguesas e estrangeiras.

Em virtude da total proibição de exportação dessas notas de S. Tomé e dos rigorosos controles alfandegários, poucos, muito poucos exemplares carimbados têm aparecido no mercado notafílico internacional.

Além disso, espera-se para muito breve a substituição dessas notas pelas primeiras emissões próprias do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe, o que desde logo irá transformar esta emissão carimbada em autênticas raridades notafílicas.

CHEQUES-NOTA

Divulgamos em primeira mão o texto integral do Despacho n.º 115/76 de 21 de Junho de 1976, do ministro Miguel Trovoada,



autorizando a emissão de cheques-notas, uma das mais interessantes variedades de papel-moeda de emergência.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA, COOPERAÇÃO E TURISMO
Despacho n.º 115/76

Havendo actualmente uma insuficiência de notas de 1000\$00 e 500\$00 nos cofres das instituições bancárias, devido ao mau hábito da parte de algumas pessoas em conservarem as suas economias nas respectivas residências em vez de as depositarem no banco; Prevendo-se que a situação se normalize

ao portador por notas de 100\$00, 50\$00 e 20\$00 até ao limite de 1500\$00.

4.º — O Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe deverá até 3 meses após a data do presente despacho, começar a proceder à recolha dos referidos cheques ao portador por forma que os mesmos deixem de circular no prazo de 6 meses.

Gabinete do Ministro da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo em S. Tomé, 21 de Junho de 1976 — O Ministro da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo, Miguel Trovoada.

(Diário da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.)

BANCO NACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE	
S. Tomé, 21 de Junho de 1976	
N.º 9009846	Esc. ≈ 1000\$00
Pague contra este original de cheque (não o tendo feito pelo duplicado) à ordem de AO PORTADOR	
a quantia de MIL ESCUDOS =	
PAGÁVEL em S. TOMÉ E PRÍNCIPE	P. P. BANCO NACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

dentro de um mês e meio mediante medidas a tomar pelo Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe;

E tendo já acontecido por que razões semelhantes o extinto Departamento do Banco Nacional Ultramarino pôs em circulação, com perfeita aceitação do público, cheques ao portador com idênticas funções das notas de banco;

O Ministro da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo determina:

1.º — Fica o Banco de S. Tomé e Príncipe autorizado a emitir cheques ao portador de 1000\$00 e 500\$00 até ao limite de 15 000 000\$00.

2.º — Os referidos cheques ao portador são obrigatoriamente aceites como notas em circulação, podendo pois os mesmos liquidar quaisquer despesas e serem aceites para efectivação de depósitos nos bancos.

3.º — O Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe durante o período transitório de um mês e meio a contar da data do presente despacho, só é obrigado a trocar os cheques

Dimensões — 167 x 75 mm.

Características — Uniface; Cheque destacado por picotado no bordo esquerdo. Papel branco simplesmente impresso; fundo de segurança azul-esverdeado, constituído por microlegendas «Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe». Ao centro o emblema do Banco em cor-de-rosa e azul, assente em ornatos cor de rosa. Legendas a preto e impressão a vermelho «21 de Junho de 1976», «Esc. ≈ 1000 00 ≈», «AO PORTADOR», «MIL ESCUDOS =» e «Pagável em S. Tomé e Príncipe». Assinatura manuscrita a tinta azul.

De notar a indicação, no texto do despacho, de já em tempos ter o B. N. U. em S. Tomé e Príncipe procedido de idêntica forma. Infelizmente não são conhecidos quaisquer exemplares dessa emissão colonial de cheques-nota, uma nova designação a ter em conta no dicionário de termos notafílicos.

A. M. T.